

# RADAR

SAÚDE ■ FAVELA

edição 19

Ago | Set 2022

Este especial é uma parceria  
Le Monde Diplomatique Brasil  
e Radar Saúde Favela – Fiocruz

O AGRO NÃO PRODUZ COMIDA, PRODUZ FOME



Imagem: César Habert Paciornik/Le Monde Diplomatique



Ministério da Saúde

FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz

# SUMÁRIO

3

## APRESENTAÇÃO

4

## DEBATES

5

AS DOENÇAS DO CAPITALISMO E A LUTA CONTRA O AGRONEGÓCIO **Allan Rodrigo de Campos Silva**

14

POR QUE A REFORMA AGRÁRIA NÃO ACONTECE?  
**Cosme Henrique Gomes Miranda**

20

POR QUE PODEMOS DIZER QUE AGRO É FOME?  
**Yamila Goldfarb**

30

## MEMÓRIA

31

A EXPERIÊNCIA DOS QUINTAIS PRODUTIVOS NO MORRO DO SOSSEGO **Luciene Silva**

36

## ENSAIOS

37

COZINHAS POPULARES APONTAM CAMINHOS PARA A SOBERANIA ALIMENTAR **campanha Periferia Viva**

43

## O QUE TA PEGANDO

44

A HISTÓRIA QUE O AGRO NÃO CONTA: VIOLÊNCIA, FOME E DEVASTAÇÃO **Mariane Martins**

53

## EXPEDIENTE

# APRESENTAÇÃO

**RADAR SAÚDE FAVELA** é o novo informativo produzido no âmbito da Cooperação Social da Fiocruz. Gestado no contexto da pandemia de Covid-19, inicialmente, o projeto foi realizado na esfera da Sala de Situação Covid-19 nas Favelas do Rio de Janeiro, vinculada ao Observatório Covid-19. Estruturado com base no monitoramento ativo de fontes não oficiais – mídias, redes sociais e contato direto com moradores, coletivos, movimentos sociais, instituições e articuladores locais –, o antigo Radar Covid-19 Favela, entre agosto de 2020 e junho de 2022, analisou e disseminou informações sobre a situação de saúde em territórios periféricos, visibilizando iniciativas populares de enfrentamento à pandemia através de suas 17 edições.

Nessa nova fase, sem perder de vista as implicações da Covid-19, as quais ainda se fazem presentes, sobretudo em territórios socioambientalmente vulnerabilizados, o projeto **RADAR SAÚDE FAVELA** almeja produzir e disseminar informações sobre a situação de saúde e da sua determinação social em favelas e periferias de centros urbanos, lançando luz sobre diversas situações de precariedade e desigualdades sociais em saúde, que afetam diferencialmente as populações que habitam tais territórios. O **RADAR SAÚDE FAVELA** também possui o objetivo de apoiar o protagonismo das favelas e periferias e a sua capacidade de produção de conhecimento e formulação de políticas públicas

Não mais centrado apenas no Rio de Janeiro, mas procurando estender as atividades para os quatro cantos do país, os relatos, textos, entrevistas e material audiovisual são produzidos a partir de uma rede de ativistas, movimentos e lideranças sociais atuantes em territórios socioambientalmente vulnerabilizados. Debates, discussões e reuniões de pauta com tais atores sociais também fazem parte das atividades desenvolvidas.

Destaca-se que o material publicado resulta da constituição de uma rede de interlocutores, valorizando a produção compartilhada de conhecimento, o acesso e a participação ativa de moradores de favelas e de seus movimentos sociais. Publicado inicialmente como uma revista digital, o **RADAR SAÚDE FAVELA** assume, a partir de agora, também o formato de uma plataforma digital.

Foto: Divulgação Assentamento Terra Prometida



# DEBATES



Foto: Thomas Bauer – CPT

A seção Debates tem o objetivo de amplificar as vozes e as demandas de movimentos sociais, organizações e lideranças de favelas e periferias e apoiar seus protagonismos na produção de conhecimento, nas reivindicações por direitos e na formulação de políticas públicas.

# AS DOENÇAS DO CAPITALISMO E A LUTA CONTRA O AGRONEGÓCIO

**Allan Rodrigo de Campos Silva**, é geógrafo e pesquisador (TerritoriAL – Unesp)

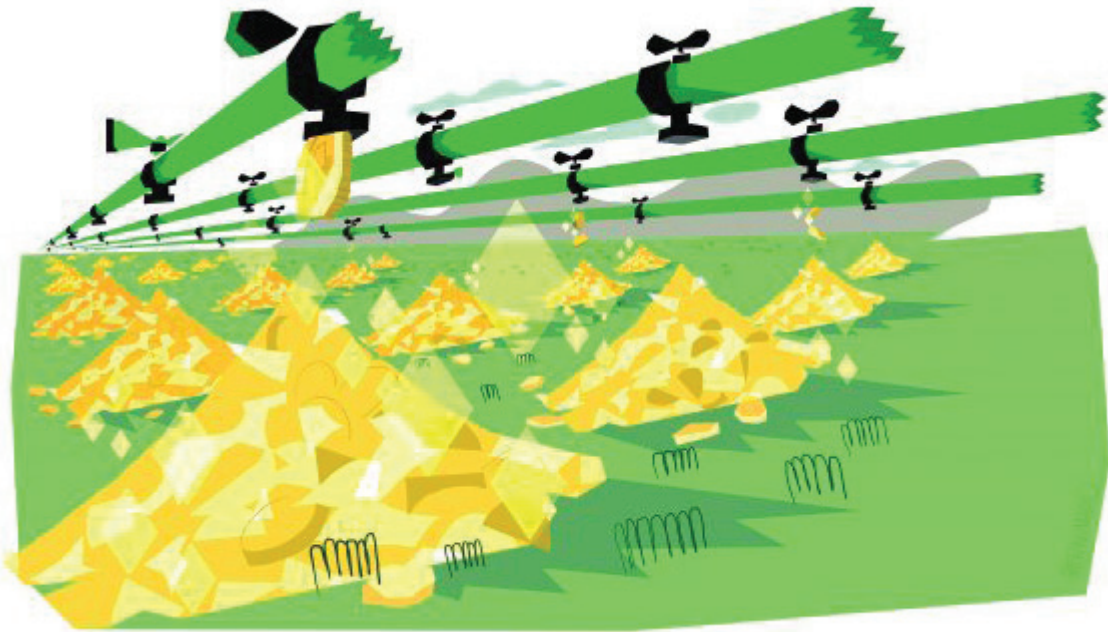


Ilustração: Bernardo França

Nos anos 1990, a Universidade de Oxford publicou uma coletânea de artigos sobre o risco crescente de novos vírus capazes de produzir epidemias globais por causa da destruição da natureza (MORSE, 1996). Escritos em tom de urgência, os artigos buscavam apontar como as transformações econômicas, a urbanização e as mudanças climáticas criam condições para que vírus prosperem, de pequenos surtos a epidemias de rápida disseminação. Seguindo esse caminho, o historiador Mike Davis passou a investigar a complexa teia de relações na origem da epidemia do vírus da HIV/Aids que, como sabemos, originalmente encontra em chimpanzés africanos seu repositório natural. Em razão do aumento do contato do seu hospedeiro em função do mercado de carnes de caça, o vírus acabou saltando para humanos. E, por trás do aumento do consumo de carnes de caça na África, estava

a disseminação da pesca industrial de arrasto na costa atlântica do continente. Subsidiada por governos Europeus, a pesca industrial foi responsável por diminuir a biomassa de peixes pela metade na costa africana do oceano Atlântico entre 1977 e 2000. Tornados escassos e caros, os peixes dão lugar à carne de caça na alimentação cotidiana de extensas regiões da África Ocidental. A prática da caça, por sua vez, ocorreria para alimentar os trabalhadores da indústria da madeira, que avançava no mesmo ritmo, sobre as florestas africanas, também abastecendo os mercados da Europa e América do Norte. O contato entre animais silvestres portadores de vírus é assim dirigido pelo agronegócio da madeira e da pecuária industrial dos países do Norte sobre as terras e os mares do Sul global (DAVIS, 2006a), em um clássico exemplo de como o capital produz doenças.

A partir de reflexões como esta, sabemos hoje que o agronegócio é responsável por gerar ambientes apropriados para a amplificação do contato humano com vírus existentes e o impulso para a evolução de novos vírus. O epidemiologista Rob Wallace analisou como o surto de Ebola no Sudão, nos anos 1970, esteve ligado diretamente à pressão de industriais ingleses que, para expandir a sua produção de algodão, alteraram a dinâmica ecológica de toda uma população que vivia em florestas. Wallace também analisou como a última e mais mortal epidemia de Ebola, ocorrida entre 2013 e 2016 na Guiné e Costa do Marfim, esteve ligada à expansão da produção de óleo de palma, matéria prima essencial para 80% dos alimentos ultraprocessados. A expansão deste agronegócio foi responsável pela destruição florestal e pela atração desmedida de morcegos – que são reservatórios naturais para o vírus da Ebola. Trabalhadores semi-proletarizados fazem a colheita dos cocos das palmeiras, os carregam de volta para pequenas vilas, onde vivem em pequenos lotes rurais, os processam para deles extrair o óleo e em seguida levá-lo às cidades regionais onde o vendem para corporações transnacionais como a Socfin e Wilmar. Entre 1976 e 2000, a região oeste-africana perdeu uma área florestal equivalente

a 500.000 km<sup>2</sup>, em grande parte devido ao avanço inédito da indústria de óleo de palma para abastecer as corporações globais de alimentos processados. Matas nativas foram gradativamente substituídas por campos de cultivo de palmeiras, com um impacto indelével sobre a fauna de morcegos que, por sua vez, passaram a se alimentar e se abrigar nas copas onde os trabalhadores colhem a sua matéria-prima. O contato, antes fortuito, entre morcegos e humanos tornou-se constante e ampliou drasticamente as taxas de contágio, atingindo a marca de 30.000 casos e 10.000 mortes – um aumento de vinte vezes no número de casos e mortes em relação às epidemias de 1976 e 1996. A territorialização do contágio seguiu as linhas de migrações regionais desses trabalhadores, das plantações de palma, passando pelas zonas rurais, em direção às cidades regionais onde a matéria-prima é processada.

À guisa de comparação, entre 2000 e 2017, o Brasil perdeu uma área equivalente a 220.000 km<sup>2</sup> de florestas na Amazônia por causa do desmatamento. Assim como as florestas africanas, nossas florestas são parte de uma enorme biodiversidade, com mais de 700 espécies de mamíferos, 1.800 espécies de aves, e assim por diante. Essa biodiversidade também pode ser encontrada no nível microbiológico, ou seja, nas espécies de vírus, bactérias, protozoários e outros microorganismos, cuja evolução está de tal forma ligada aos próprios animais e plantas que, por vezes, são identificados trechos inteiros de códigos genéticos de animais idênticos aos seus microorganismos. Vírus, bactérias e animais evoluíram juntos. Imaginar a vida na terra sem os micro-organismos é como querer viver dentro do Sol – simplesmente impossível. Quando destruimos as florestas e áreas úmidas, como é o caso do nosso Pantanal, e substituímos nossos biomas por imensas plantações como a soja e/ou o milho, cercadas de pastos para a criação de animais da pecuária industrial, estamos industrializando os viromas, ou seja, as comunidades de vírus, dentre os quais, muitos são capazes de causar doenças graves aos humanos e a outros que não humanos. Para encerrar o pa-

rênteses, de acordo com a modelagem feita pela equipe do professor e epidemiologista Simon Anthony em 2017 (ANTHONY et al, 2017), cada espécie de morcego encontrada no planeta porta entre duas e três espécies de coronavírus diferentes. Diante das mais de 170 espécies de morcegos encontrados no Brasil, existiriam cerca de 560 diferentes espécies de coronavírus. E, ainda que as plantações de palmeiras no Brasil estejam longe de parecerem com as fazendas do sudeste asiático ou da África, nós estamos imitando o seu exemplo a todo custo. Vivemos hoje uma encruzilhada dramática para a palma no Brasil: elevada a solução mágica pelo agronegócio, agora a palma é propagandeada também como resposta do capitalismo verde à crise climática, uma vez que a produção de biocombustíveis de palma vai ganhando terreno na Amazônia. Até cientistas bem-informados têm se deixado levar pela narrativa de que “a palma é uma solução econômica que deixa a floresta em pé e recupera áreas degradadas”. No entanto, como mostra a extraordinária investigação conduzida pela jornalista Karla Mendes, o negócio da palma na Amazônia está ligado ao desmatamento, à grilagem de terras, à violência sobre povos originários, à poluição, à exposição por agrotóxicos e à disseminação de doenças (MENDES, 2021) – assim como ao aumento do contato com animais portadores de vírus.

Não é necessário ser um imaginativo escritor de ficção científica para vislumbrar que as condições que deram origem à epidemias mortais como o HIV/Aids e a Ebola estão cozinhando no caldeirão do agronegócio brasileiro neste exato momento. Ou, ainda, ser capaz de enxergar na destruição capitalista da natureza pelo agronegócio as origens da presente pandemia da Covid-19: o desmatamento das florestas do sudeste asiático e sua conversão em áreas de plantio – cerca de 82.000 km<sup>2</sup> entre 2000 e 2018 (ZENG et al, 2018) – foi responsável pelo aumento do contato de morcegos com pangolins, uma espécie de mamífero natural da Ásia, que passaram a ser criados em fazendas intensivas na China. Tais transformações na chamada pecuária de carnes não-convencionais aconteceram depois da crise do mercado de carne de porco que



atinge a Eurásia como um todo pelo menos desde 2007, quando surgiu a variante da Geórgia do vírus da Peste Suína Africana. Depois de devastar rebanhos no leste europeu e na Rússia, a Peste Suína Africana levou à morte duzentos milhões no sudeste asiático entre 2018 e 2019. A disseminação da Peste Suína Africana se inscreve no modo capitalista de produção de doenças: ao confinar para o abate dezenas de milhares de animais sem diversidade genética e imune, abrimos o caminho para a evolução dos vírus, tornando-os mais virulentos e contagiosos. Para tentar frear esta variante mais mortal da Peste Suína Africana, autoridades sanitárias em toda a Ásia promoveram abates sacrificiais em massa. Essa crise causou um desabastecimento no mercado de carnes de porco e incentivou a produção de pangolins. As fazendas de criação intensiva de pangolins se disseminaram nas províncias de Hunan e Guangxi, ao Sul de Wuhan, formando com esta última o território de produção, circulação e consumo de mercadorias que fundamentou o transbordamento dos vírus dos morcegos aos pangolins e destes aos humanos. O tempo da evolução e do contágio dos vírus e o tempo da produção pecuária se encontram, assim, perversamente sincronizados pelo ritmo da acumulação capitalista no agronegócio.

Desde o final dos anos 1990, a pecuária industrial de aves e porcos é responsável por surtos nas granjas de criação de animais, que levam à morte centenas deles, entendidos friamente como custos colaterais de um modo de produção cego e auto-destrutivo. Em 2022, somente nos EUA, cerca de 38 milhões de aves, entre perus e galinhas, foram mortas por causa de surtos de influenza aviária. Nos últimos 20 anos, novas cepas de influenza emergiram, capazes de causar danos também em humanos. Nunca é demais lembrar que no ano não muito longínquo de 2008, o mundo atravessou uma pandemia causada pelo vírus H1N1 da influenza. Sua origem está ligada a uma recombinação de cepas de diferentes famílias de influenza que circulavam em porcos e humanos nos EUA e na Europa, interconectadas pela mundialização do agronegócio. A linhagem da cepa pandêmica do vírus H1N1 surgiu primeiro

em fazendas de criação de porcos nas zonas rurais da Carolina do Norte. Esta região é conhecida pelas históricas violações escravistas que deram lugar às pequenas fazendas de agricultores pobres e negros no século XX, submetidos hoje ao racismo ambiental que os expulsa usando a poluição da indústria de porcos quando estes não parecem mais rentáveis à indústria suinícola dos EUA – como bem demonstrado pela pesquisa do professor e ativista Stephen Wing. No entanto, a disseminação global da H1N1 aconteceu a partir das fazendas Carroll na cidade de Perote, no México, a cerca de 250 km da capital. Estas fazendas operavam sob o controle do conglomerado americano Smithfield, que inundou o mercado mexicano com milho produzido com subsídios dos EUA, levando à falência pequenos produtores mexicanos, incorporados ao regime de integração vertical das transnacionais e ao seu sistema de produção industrial de doenças.

O agro-capitalismo é uma máquina de engolir mundos, cuja relação com as ecologias do planeta Terra é injustificável e inaceitável. Por trás de todo este sistema reside uma forma de relação social que precisa ser abolida, que depende de relações de trabalho abstratas, que submete toda uma constelação de práticas sociais ao ganho de dinheiro e à forma da mercadoria. Hoje também não há mais um mundo natural separado do mundo social, ao contrário, o que vemos é a industrialização doentia da natureza, dos corpos humanos, dos animais e até dos vírus e bactérias que eles contém. O capitalismo é um sistema cego e autodestrutivo e se não for abolido nos levará consigo em seu redemoinho de morte.

A modernidade capitalista surgiu no contexto da separação entre campo e cidade. E, só pode se sustentar enquanto puder manter essa separação. Nos campos, os agricultores que não se organizam em redes de solidariedade e apoio mútuo – como os movimentos dos Sem-Terra, os Pequenos Agricultores (MPA) e cooperativas – estão menos capacitados para reagir à coação constante dos jagunços do agronegócio: a força da bala da polícia burguesa, a força da lei do judiciário ruralista

ou a força do dinheiro das corporações transnacionais. Acabam engolfados pelas mais modernas formas de produção, invariavelmente presos à espirais de dívidas, adoecimento e morte ou despejados nas periferias das grandes cidades caso sua expulsão se concretize. Ao estudar o caso dos agricultores no Camboja, na Ásia, Davis nos lembra que 60% vendem a sua terra e mudam-se para a cidade forçados por dívidas com assistência médica (DAVIS, 2006b). Nas cidades, a transformação do solo urbano em ativo financeiro cria uma força descomunal sobre seus habitantes, revelada nos preços dos imóveis urbanos e na estrutura do mercado imobiliário. Expropriados da terra e monetarizadas, mas sem dinheiro, projetamos populações inteiras em direção às favelas e periferias, justamente os ambientes ecológicos mais precários, sujeitos às contaminações oriundas das zonas de produção industrial e agroindustrial, assim como às epidemias urbanas. Todo o nosso modo de vida, como trabalhadores rurais ou urbanos, está intimamente conectado ao regime alimentar corporativo, que faz da comida, das águas, do solo e da terra mercadorias. Tal regime é insustentável diante da fome crônica que engendra em suas cegas negociatas: mantém a vida humana sob dumping, os custos de sobrevivência sempre acima das condições de reprodução da classe trabalhadora.

Se quisermos interromper esse modo capitalista de produção de fome e doenças, muito há que se abolir, seja do ponto de vista da habitação, dos territórios, das cidades e da conformação das suas periferias. A começar por essa linha divisória, imaginária e real, entre campos e cidades, que está no centro do debate sobre a emergência e o contágio de doenças. A pesquisa liderada por Claudia Codeço, da FioCruz-RJ, por exemplo, mostra como municípios localizados no arco do desmatamento da Amazônia, onde prevalece o monocultivo de grãos e a criação de gado bovino, apresentam incidência maior para doenças como dengue, Zika e chikungunya. Já a equipe da pesquisadora Sarah Guagliardo mostrou como barcos que transportam soja podem levar mosquitos para áreas rurais distantes até 19 km do centro urbano de Iquitos, no

interior da Amazônia peruana. Aclimatados em latifúndios da soja e do milho, os mosquitos e seus patógenos estão cada vez mais urbanizados, onde se disseminam com mais força e velocidade. A própria espacialização da Covid-19 no Brasil durante a primeira onda esteve diretamente ligada aos frigoríficos, onde as carnes da pecuária industrial são processadas. Em função dos seus ambientes controlados, de baixas temperaturas e diante da recusa do agronegócio em fechar temporariamente as plantas ou simplesmente diminuir os ritmos de trabalho, os frigoríficos acabaram se tornando pólos que impactaram os níveis de contágio em regiões inteiras do interior do Brasil, atravessando em muito as fronteiras fictícias que separam fazendas de engorda de animais das cidades onde vivem seus trabalhadores.

Em seu tempo, ao descrever o advento da grande indústria capitalista tomando o lugar da manufatura, Marx anotou que a divisão social do trabalho, que subjaz a própria separação entre campo e cidade, acarreta um certo estropiamento espiritual e corporal ao trabalhador, dando lugar assim à produção industrial de doenças, ou a uma patologia industrial (MARX, 1988), em referência ao médico italiano Ramazzini, famoso por seu compêndio escrito em 1700: “As doenças dos trabalhadores”, no qual ele descreve os males acometidos a cada profissão – classificadas como doenças de agricultores, mineiros, parteiras, coveiros, carregadores, pescadores, etc. Marx, contudo, registra que a aceleração dos ritmos de trabalho que imolou crianças e mulheres grávidas nas fábricas européias no período da grande indústria aumentou o seu catálogo de ‘doenças dos operários’. A nossa modernidade tardia explodiu essa tipologia profissional de doenças, no estilo de Ramazzini: hoje, um minerador em uma caverna no sudeste asiático que contraia uma síndrome respiratória aguda pode estar a poucos quilômetros de distância de um centro urbano, pólo difusor de uma eventual nova epidemia.

Nesse sentido, a separação entre campo e cidade, entre camponeses pobres e trabalhadores urbanos, está na mira da epidemiologia relacional do capitalismo. Por um lado, a própria crise do capital borra

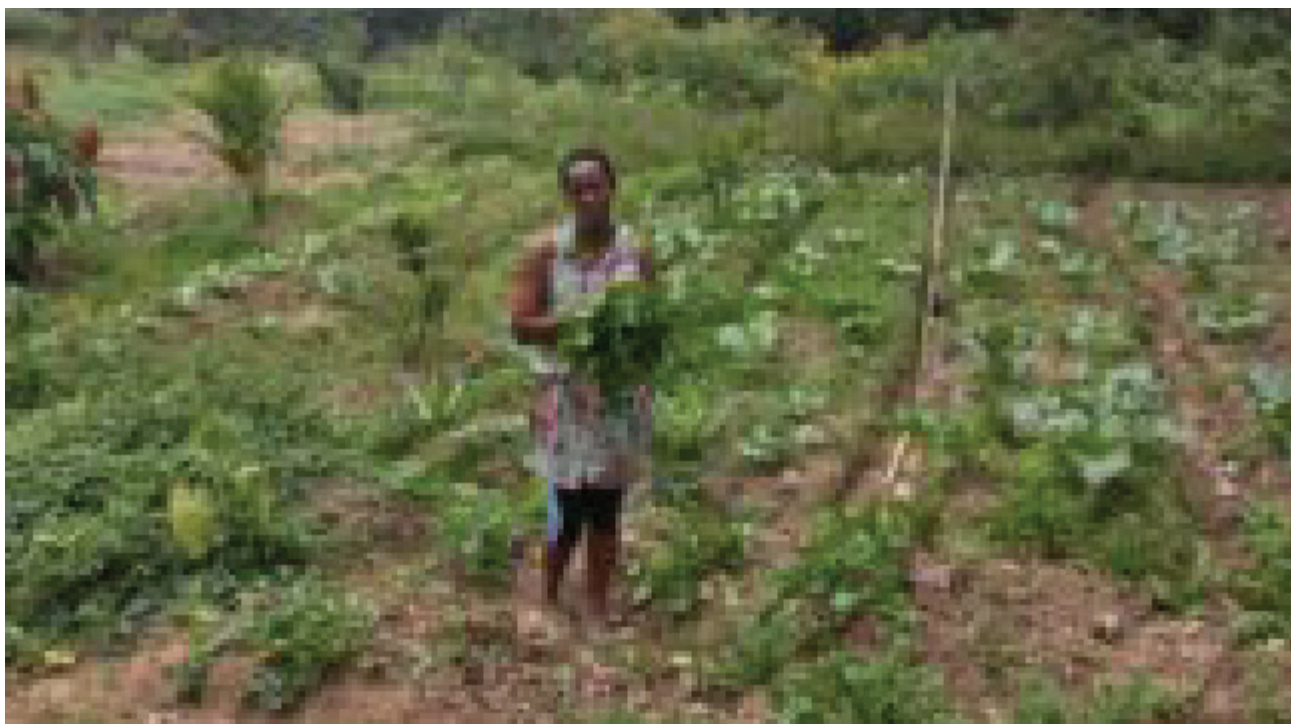
as linhas divisórias entre áreas rurais e urbanas, quando proletariza bairros rurais e faveliza territórios indígenas. Na Ásia, tornam-se comuns as ‘desakotas’ ou aldeias urbanas, paisagens híbridas, com funções urbanas e rurais, onde o novo convive acirrando velhas contradições. Mas, por outro lado, a linha divisória campo-cidade está sob um outro ataque, este mais solidário, como os praticados pelas redes de alimentos de quilombolas do Vale do Ribeira (Cooperquivale), em suas campanhas de doações de alimentos para comunidades de favelas ao redor do estado de São Paulo. Um movimento de solidariedade profunda entre campo e cidade, tal como preconizaram também as redes de contrabando campo-cidade para resistir ao facismo na Espanha de Franco, convoca os trabalhadores urbanos a tomarem parte dos embates contra o agronegócio no campo e os trabalhadores rurais para tomar partido contra a mercantilização-milicilização das cidades.

## Referências

- ANTHONY, S. et al. Global patterns in coronavirus diversity. *Virus Evolution*, 2017.
- DAVIS, Mike. *O monstro bate à nossa porta*. Rio de Janeiro, Ed Record, 2006.
- DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo, Boitempo, 2006
- WALLACE, Rob. *Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência*. São Paulo, Elefante & Igrá Kniga, 2020.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro I, Volume I, São Paulo, Abril, 1988.
- MENDES, K. Desmatamento e água contaminada: o lado obscuro do óleo de palma ‘sustentável’ da Amazônia. Mongabay, 12 março de 2021. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2021/03/desmatamento-e-agua-contaminada-o-lado-obscuro-do-oleo-de-palma-sustentavel-da-amazonia/>
- MORSE, S. *Emerging viruses*. Oxford, Oxford University Press, 1996.
- ZENG, Z. ET AL. Highland cropland expansion and forest loss in Southeast Asia in the twenty-first century. *Nature Geoscience*, 1, 2018.

## POR QUE A REFORMA AGRÁRIA NÃO ACONTECE?

**Cosme Henrique Gomes Miranda**, é assentado da reforma agrária, produtor agroecológico e integrante do Coletivo Terra, assentamento Terra Prometida.



Agricultora do assentamento Terra Prometida (Foto: Divulgação assentamento Terra Prometida)

Todas as vezes que nos propomos a refletir sobre a reforma agrária no Brasil, em especial no estado do Rio de Janeiro, nos colocamos diante de perguntas e respostas que não parecem fazer o menor sentido, principalmente se considerarmos a Constituição de 1988, as desigualdades sociais estabelecidas historicamente e o suposto interesse social de construir um projeto de sociedade justa e igualitária.

Mas, não podemos negar que desde o início da colonização do Brasil permanecemos em uma disputa de projetos, que neste momento coloca em jogo a existência da humanidade, se considerado o território, seu potencial produtivo e toda a sua biodiversidade. De um lado, estamos diante do notório poder e força dos senhores proprietários de terras,

que se reinventam e se reformulam nos marcos do capital globalizado, carregado de práticas que destroem a natureza, e se “sustenta” na concentração de terras, com a finalidade de expropriar todo seu potencial de riqueza.

Por outro lado, segue consolidando-se uma imensa camada de pessoas em condição de pobreza extrema, aglomerando-se nas periferias urbanas, violentadas pelo Estado, perdendo com isso a perspectiva de um futuro com dignidade. De forma bem breve, é neste contexto que se coloca a seguinte pergunta: por que a reforma agrária não acontece?

Sem a pretensão de responder a esta questão, por considerar que ela exige mais aprofundamento, o qual não será possível neste artigo, ao menos podemos trazer uma síntese produzida por integrantes de um coletivo de agricultores denominado Coletivo Terra, composto por famílias assentadas da reforma agrária, fruto da luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e de pequenos agricultores em torno do assentamento Terra Prometida.

Em maio deste ano, realizamos uma audiência pública e construímos uma carta, relatando um pouco da nossa realidade. Nela, cujos trechos reproduzimos abaixo, estão contidas algumas pistas que levam a responder a pergunta colocada acima.

Nós, famílias de trabalhadoras e trabalhadores rurais do assentamento Terra Prometida, somos defensores da natureza. Vivemos respeitando o bioma no território ao pé da Reserva Biológica de Tinguá e às margens do Rio Iguaçu. O nosso assentamento está localizado nos municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias (RJ).

Tornamos público os nossos sonhos e o esperançar cotidiano, que nos mantém na resistência e teimosia em viver da agricultura de base agroecológica neste patrimônio ambiental. A nossa trajetória de luta se iniciou em 1999, quando decidimos não mais viver explorados pelos senhores do dinheiro. Organizados, fomos à luta por nossos direitos,

por entendermos que o direito à terra foi negado aos nossos antepassados e que mudaríamos nossa história de vida no instante que nos tornássemos sem-terra organizados na luta pela terra, reforma agrária e transformação social.

Neste movimento de luta por nossos direitos, descobrimos que o Estado e os governantes, em sua maioria, trabalham para os interesses da especulação imobiliária, a destruição da agricultura, das tradições camponesas e a aniquilação da natureza. Só fazem discursos dizendo que vão melhorar a vida do povo trabalhador do campo e da cidade, mas, em suas ações, se dedicam a nos iludir e a nos matar.

Foram muitas as tentativas de nos derrotar. Lembremos que, em Santa Cruz, numa terra em que vivíamos produzindo e lutando pela reforma agrária, quando houve o interesse de empresas estrangeiras como a ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), houve urgência do Estado para atender os senhores do dinheiro. Fomos visitados cotidianamente por agentes governamentais até conseguirem nos remover do território e nos trazer, em 2006, para onde estamos hoje, com a promessa de resolver tudo o que compete a um assentamento de reforma agrária em seis meses.

Houve contrato assinado, advogado, juiz, procurador, dinheiro e várias promessas. Parecia um sonho, o Estado realizando a reforma agrária, seríamos um assentamento “modelo”. Mas quando acordamos, estávamos mergulhados em um pesadelo. Tudo não passou de promessas; já se vão 16 anos jogados à própria sorte.

O modelo que nos tornamos é da dor e morte de companheiros jogados em um barraco de lona. Nossas crianças sofrendo, andando quilômetros na lama para frequentar a escola, jovens abandonando a vida aqui na roça para disputar trabalho com os muitos desempregados na cidade. Em caso de emergência na saúde, o socorro vem de carroça, juntamente com os riscos de cair em buracos na estrada que não



existe. Além disso, há a escuridão da falta de energia elétrica que dura semanas (na maioria dos casos, não há energia), o sofrimento de carregar a produção nas costas por quilômetros em meio aos buracos, e ainda vendo a produção se perder na lama e nos alagamentos por falta de drenagem. Enfim, a insegurança e as muitas ameaças de tomarem nossas terras.

Enquanto isso, o Estado segue no troca-troca de cargos e favores, faz cadastros, diz não ter dinheiro e vai empurrando com a barriga. Ainda dizem que nós é que somos os complicados, jogando sempre a culpa em nós. Somos nós, que muitos dizem sermos complicados e vagabundos, que mesmo esquecidos pelo Estado, sem as políticas públicas, as infraestruturas básicas, e diante das dificuldades citadas, seguimos nos reinventando e trabalhando incansavelmente na produção de alimentos saudáveis – aipim, batata doce, inhame, laranja, banana, tangerina, limão, ovos, leite, feijão, milho, abobora, bolos e muitos outros produtos que vão para a nossa mesa e para a mesa do povo da cidade.

Estamos organizados em movimentos, coletivos, sindicatos. Construimos cooperativas, associações, organizamos feiras, entregamos cestas de orgânicos, fazemos doações de alimentos, fornecemos comida para a alimentação escolar, organizamos mutirões, debatemos reforma agrária, praticamos agroecologia, produzimos toneladas de alimentos anualmente e lutamos incansavelmente por uma sociedade justa, onde não haja fome e violência. A Terra Prometida que desejamos é a que esperamos num compromisso coletivo estabelecido com os amigos da sociedade ao longo de 22 anos de construção e luta pela reforma agrária. Oxalá que o Estado e os governantes tenham ao menos um pouco deste compromisso e assim possam contribuir para fazer deste território uma comunidade referência na produção de alimentos agroecológicos e direitos humanos.

Desejamos que a audiência pública mencionada anteriormente seja um marco e produza efeitos no que é o papel do Estado, que traga ações efetivas para pôr fim às dificuldades que temos em viver dignamente da agricultura agroecológica. Que seja um novo tempo, onde poder público e sociedade construam a liberdade dos povos do campo e da cidade. É o modelo de assentamento que queremos.

“É preciso ter esperança. Mas tem de ser esperança do verbo esperançar. Porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. Esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. ‘Ah, eu espero que melhore, que funcione, que resolva’. Já esperançar é ir atrás, é se juntar, é não desistir. É ser capaz de recusar aquilo que apodrece a nossa capacidade de integridade e a nossa fé ativa nas obras. Esperança é a capacidade de olhar e reagir àquilo que parece não ter saída. Por isso, é muito diferente de esperar; temos mesmo é de esperançar!”, como diz Paulo Freire (Terra Prometida, 20 de maio de 2022).

A carta citada foi produzida com o objetivo de apontar o abandono e o descaso do Estado para com a reforma agrária e a agricultura familiar. Somos famílias que nos desafiamos a viver da agricultura nos princípios da agroecologia, em um contexto adverso, em um território onde as forças econômicas estabelecidas historicamente tem outros interesses, desde a extração ilegal de areia, que resultou em um conflito de grandes repercussões há três anos atrás, até a atual investida dos governos estadual e municipal em fazer do território uma região de empreendimentos de interesses econômicos logísticos e industriais. Contudo, por estarmos em um território de grande potencial produtivo, bem localizado geograficamente, fomos acionados pelo Movimento Caxias e a Coalizão Negra por Direitos para realizar ações objetivas no contexto da fome e desemprego, e tivemos a oportunidade de mostrar a importância da reforma agrária e da agricultura familiar nos últimos anos em que sofremos com a pandemia de Covid-19.

Por dois anos abastecemos as famílias das periferias do Rio de Janeiro com mais de 25 mil cestas de alimentos orgânicos/agroecológicos, tendo em cada cesta entre sete e nove Kg de alimentos, totalizando mais de 200 toneladas de alimentos sendo levados a quem precisa no momento de desesperança, fome e pobreza extrema.

Por essas e outras que entendemos que a reforma agrária não acontece. O projeto político em curso é o da morte, e nós defendemos a vida. A alimentação saudável deve ser direito de todos, mas pressupõe fazer a Reforma Agrária para produzir diversidade.

Seguimos na teimosia e resistência, somos Coletivo Terra!

## POR QUE PODEMOS DIZER QUE AGRO É FOME?

**Yamila Goldfarb**, é doutora em Geografia pela USP, pós-doutoranda do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais da Ubesp e vice-presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra)



Avião pulverizando agrotóxico em monocultura (Crédito: Thomas Bauer – CPT)

Por que tantas pessoas insistem em afirmar que o agro gera fome? Para começar a responder a essa pergunta devemos, antes de mais nada, entender quem é o agro. Se nos guiarmos pela campanha midiática, o agro é tudo. Tudo e todos. É a agricultura moderna de exportação, a agricultura familiar que coloca comida no prato de todos, a pecuária preocupada com a redução das emissões de carbono, a indústria de alimentos e por aí vai. Na campanha veiculada em horário nobre, não aparece o grileiro de terras, o grande latifundiário que não produz nada, ou quase nada, o fazendeiro que queima a floresta para expandir a sua área de produção, ou simplesmente para especular com a terra.

A campanha publicitária também não fala das diferenças de tratamento aos diferentes segmentos do campo. Não fala que apenas os grandes proprietários é que recebem a maior parte de recursos públicos em créditos, incentivos, isenções tributárias e perdões de dívidas, enquanto os pequenos e médios produtores estão cada vez com menos crédito e sem políticas públicas que viabilizem a sua produção e o escoamento. Logo, não podemos acreditar que o agro é tudo.

Mas, por que ele se coloca como sendo “tudo”? Porque o agro precisa se legitimar constantemente frente à barbárie que leva ao campo. Do ponto de vista ambiental, é o principal responsável pela devastação florestal e envenenamento dos solos, das águas, de homens, mulheres e crianças. O agro é responsável pela violência crescente no campo. Toda semana lideranças indígenas, camponeses, quilombolas e ambientalistas são assassinadas. A população é aterrorizada com a queima de casas, destruição de roçados e expulsão e invasão de suas terras e territórios. O trabalho escravo persiste mesmo nas fazendas mais modernas.

Hoje, a estratégia dessa grande campanha de marketing é dizer que o agro é a riqueza do Brasil. Uma riqueza que alimenta o mundo gerando emprego e que ainda o faz de forma sustentável. Será?

A agropecuária, no Brasil, representa algo em torno a 8% do PIB brasileiro apenas. Muito diferente dos 26, 27 ou 28% que o Agro costuma afirmar. Por que isso? Porque esse valor não se refere apenas à produção chamada porteira adentro, mas a toda a cadeia produtiva, o que significa envolver parte do setor industrial e de serviços. Ora, se cada segmento da economia quiser justificar sua importância analisando cadeias produtivas inteiras, teríamos dupla contagem da contribuição de um determinado produto inúmeras vezes. É claro que análises setoriais são importantes para se pensar o planejamento econômico e as políticas públicas para o país. O problema aqui é o uso que se faz disso. O que o Agro busca ao usar o chamado PIB do agro, calculado pelo

Cepea (USP), é forçar uma importância econômica que não possui. É passar a ideia de que é imprescindível ao país, quando, na realidade, não é. Ou, melhor dizendo, é imprescindível porque se faz ser. Porque faz com que a única forma de o país conseguir divisas seja exportando commodities de baixo ou quase nada valor agregado, enquanto o país se desindustrializa.

Ainda no mesmo sentido, chama a atenção a baixa arrecadação das atividades de agricultura, pecuária e serviços relacionados, que arrecadaram, em 2019, apenas algo em torno de 6 bilhões de reais, segundo o site da Receita Federal. A título de comparação, atividades como o comércio varejista arrecadou quase 113 bilhões, em 2019, o setor de educação, 60 bilhões, a fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos, 18,5 bilhões, a fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos, quase 16 bilhões. Um dado que explica a baixa arrecadação do setor agropecuário é a isenção que recai sobre as exportações proveniente da Lei Kandir, criada na década de 1990, quando o Brasil aprofundava sua entrada no neoliberalismo com a abertura de seus mercados. Essa lei, ao isentar de impostos os produtos primários ou semielaborados destinados à exportação, acaba por estimular sua produção. A questão é que isso ocorre em detrimento do estímulo à produção de alimentos. Agora, por que isso diz respeito à população brasileira? De que forma isso a impacta e, particularmente, a população que se encontra em situação de maior vulnerabilidade? Vejamos:

Primeiramente, esse modelo estimulado pelos sucessivos governos não é gerador de empregos. Ao levarmos em conta o total de trabalhadores do campo registrados pelo Censo Agropecuário do IBGE 2017, o qual agrega os formais e não-formais, o total é de 15.105.125 trabalhadores e trabalhadoras. Mas esse total está longe de ser de trabalhadores da grande propriedade fundiária, pois, segundo classificação do IBGE, desse total, 10.115.559 são da agricultura familiar e 4.898.566 da agricultura não-familiar, isto é, é o campesinato que gera a grande

parte dos postos de trabalho no campo, posicionando a agropecuária patronal em segundo plano (MITIDIERO Jr; GOLDFARB, 2021). Não é demais lembrar que é em cadeias produtivas de commodities agrícolas e pecuárias (criação de bovinos para corte, cultivo de arroz e produção da cana-de-açúcar, 32%, 20% e 11% dos trabalhadores resgatados, respectivamente entre 2003 e 2018) onde se encontram os maiores números de trabalhadores em situação análoga à escravidão, conforme o Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas.

Além de não gerar empregos, tampouco gera desenvolvimento regional:

Em pesquisa intitulada de o “Agro Pode Mais”, desenvolvida pela Universidade Federal de Minas Gerais com apoio da União Europeia, concluíram que Municípios do agro têm nível de desenvolvimento humano menor no Brasil. “De acordo com a pesquisa, mesmo em regiões com produção agrícola pujante, como Centro-Oeste, Sul e Sudeste, não há elevação no nível de desenvolvimento dos municípios quando comparados com aqueles que têm outra atividade econômica principal” (GOLDFARB; MITIDIERO Jr., 2021, p.33).

Essa visão, portanto, de que uma agricultura moderna gera desenvolvimento deve ser relativizada. Em reportagem do site “O joio e o Trigo”, também é possível ver como as cidades que crescem em torno da economia do agronegócio são marcadas por racismo, preconceitos e forte segregação[1].

Em segundo lugar, e como já foi brevemente citado, esse modelo acaba por privilegiar o equilíbrio da balança comercial[2] (geração de superávit a qualquer custo) em detrimento de um projeto de soberania alimentar para o país. O desmonte das políticas públicas de apoio à agricultura familiar e de abastecimento vão, por um lado, fazendo com que áreas destinadas à produção de alimentos sejam gradativamente

substituídas por monoculturas de exportação, e por outro, com que o preço dos alimentos suba, enquanto a variedade e a qualidade diminui. Isso impacta diretamente as populações do campo e da cidade.

O Brasil tem mais de metade de sua população com algum grau de insegurança alimentar. Ou seja, vivem naquela situação em que não possuem garantia de que farão as três refeições diárias. Delas, 33 milhões de pessoas estão passando fome diariamente (insegurança alimentar grave). Ao mesmo tempo, o sobrepeso e a obesidade aumentam. Segundo a Abeso, o Brasil possui 55,4% da sua população com excesso de peso, sendo quase 20% obesos. 12,9% das crianças brasileiras entre 5 e 9 anos de idade têm obesidade, assim como 7% dos adolescentes na faixa etária de 12 a 17 anos. Dados preocupantes que se explicam por diversos fatores, dentre eles, a dificuldade de acesso aos alimentos saudáveis. Isso porque diante do aumento do preço dos alimentos, por um lado, e a queda na renda das famílias, por outro, as pessoas se veem obrigadas a escolher alimentos mais baratos e de maior valor energético. É a perversidade do nosso sistema agroalimentar. A inflação dos preços alimentares possui rebatimentos diferenciados na sociedade brasileira. O impacto dessa inflação no orçamento dos ricos e da classe média é bem menor que no orçamento dos pobres. Segundo o IPEA, a inflação teve impacto de 6,22% para os pobres, mais do que o dobro do impacto para os ricos, com 2,74%. No aspecto de comprometimento da renda, as famílias pobres comprometeram 37% dos seus orçamentos com gastos alimentares, energia e gás de cozinha, enquanto os ricos comprometeram apenas 15% (GOLDFARB; MITIDIERO Jr., 2021).

Por isso, o desmonte de políticas de abastecimento e de controle dos preços dos alimentos é algo tão preocupante. Vejamos como tem se dado esse desmonte:

Em primeiro lugar, temos o sucateamento ou desestruturação dos Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional, que são estruturas físicas e espaços destinados, no todo ou em parte, à provisão



de serviços públicos ao cidadão com vistas à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e da SAN, destinados à oferta, distribuição e comercialização de refeições ou de alimentos. Os Epsan são classificados em: a) equipamentos de acesso à alimentação saudável e adequada e b) apoios ao abastecimento, distribuição e comercialização de alimentos. Essas são as duas frentes que este artigo pretende analisar, de forma a destacar as ações, programas e modelos que devem ser potencializados com vistas à redução da fome e garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Os Epsan de acesso à alimentação saudável e adequada se caracterizam por espaços públicos que produzem e ofertam refeições, constituindo-se como um serviço de alimentação. Dentre estes, são exemplos as estruturas que produzem e disponibilizam refeições aos cidadãos, no âmbito das redes públicas de assistência social, saúde, educação, justiça e segurança pública, com destaque para as cozinhas comunitárias, os restaurantes populares, restaurantes universitários, os serviços de produção de refeições das escolas, das creches, dos hospitais e das unidades prisionais.

Os Epsan de apoio ao abastecimento, à distribuição e à comercialização de alimentos se caracterizam por serem espaços e serviços públicos de integração entre a produção e o consumo, constituindo-se como potenciais ações para a estruturação de circuitos locais de produção, abastecimento e consumo. Dentre eles estão as centrais de recebimento e de distribuição de produtos da agricultura familiar (Centrais) e unidades de beneficiamento da agricultura familiar (UADAF); o banco de Alimentos; as centrais de abastecimento (Ceasa); as feiras; e os mercados públicos (CAMPOS, GOLDFARB 2021).

A pandemia evidenciou a importância desses espaços e a falta que eles fazem em situações críticas como as que estamos vivendo. Um exemplo foi o aumento da fome nos lares onde crianças deixaram de receber as refeições escolares. Outro exemplo é a dependência que pessoas em si-

tuação de privação de liberdade possuem dos alimentos fornecidos por familiares, os conhecidos “jumbos”.

Por sua vez, o aumento da importância das grandes redes de supermercados ao longo das últimas décadas, com seus enormes Sistemas de Distribuição fez aumentar o seu poder de controle sobre os preços e sobre o leque de produtos ofertados. Grandes redes de supermercados, utilizando-se do sistema de Centrais de Compra e Centrais de Distribuição (CC-CD), têm eliminado os atacadistas e passado a funcionar como atacado para restaurantes, varejistas, cozinhas industriais etc., e, por isso, são chamados de Atacarejo. O desmonte e o sucateamento dos equipamentos como feiras, mercados públicos e Ceasas deixa o abastecimento de produtos frescos nas mãos justamente dessas grandes distribuidoras, que são extremamente desvantajosas para os pequenos produtores. Dessas grandes Centrais de Distribuição partem caminhões menores com a carga arrumada e organizada para ser distribuída nas lojas. Esse sistema, que para as grandes redes permitiu reduzir custos de distribuição e estocagem, para os produtores impõe a necessidade de maior produtividade, regularidade e pontualidade na entrega, o que exclui uma enorme parcela de produtores que não conseguem atender esses requisitos, particularmente, produtores de frutas, verduras e legumes. A participação das famílias agricultoras e de suas organizações nos mercados está muito aquém de seu potencial, daí a importância de que alimentos frescos não dependam das grandes redes para serem distribuídos (CAMPOS, GOLDFARB 2021).

O que está ocorrendo é que o escoamento e a distribuição dos alimentos saudáveis está nas mãos do mercado e este, por sua vez, não é regido pela necessidade de se garantir a segurança alimentar, mas pela maximização dos lucros. Nesse sentido, produtos processados, padronizados, de alta durabilidade e apelo pela alta palatabilidade são muito mais interessantes. Daí que um pacote de macarrão instantâneo se torna mais acessível que um bife e uma salada, ou que um refrigerante se torna mais acessível que um suco de frutas. Para poder matar a fome, a

população come o que a mata ao longo do tempo...

Outro fator fundamental que tem sido deixado nas mãos do mercado é o controle dos preços em si. Isso ocorre pelo desmonte das políticas de estoques reguladores, processo iniciado já no início da onda neoliberal da década de 1990 e recentemente aprofundado. Esse processo aumenta a volatilidade dos preços de itens básicos como o arroz, o feijão e o trigo, deixando a população numa situação de maior vulnerabilidade.

Em 1991, existiam 349 armazéns públicos geridos pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Segundo o site da CONAB, a capacidade estática total da empresa é de pouco mais de 1,6 milhões de toneladas, o que representa cerca de 1% do total do país. Essa capacidade está distribuída em 64 unidades armazenadoras com 126 armazéns. A título de exemplo comparativo, a grande indústria, principalmente de óleos vegetais, massas e biscoitos, possui capacidade de armazenagem de mais de 25 milhões de toneladas em armazéns, graneleiros e silos. Imaginemos a capacidade das grandes traders, comercializadoras mundiais de grãos como Cargill, Bunge, Louis Dreyfus. Um dos problemas é que os estoques públicos possuem a importante tarefa de serem o lastro da Política de Garantia de Preços Mínimos, que desde 1966 protege os produtores rurais.

A Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) é uma importante ferramenta para diminuir oscilações na renda dos produtores rurais e assegurar uma remuneração mínima, atuando como balizadora da oferta de alimentos, incentivando ou desestimulando a produção e garantindo a regularidade do abastecimento nacional. A Conab efetiva a PGPM junto ao produtor rural, tendo sob sua responsabilidade a execução dos instrumentos desta Política (Conab).

Esses estoques possuem ainda a tarefa de controlar a subida dos preços ao consumidor, uma vez que o Estado pode disponibilizar a produção armazenada em momentos de alta do preço, contendo sua subi-

da. Quando o Estado deixa de possuir estoques públicos, o controle dos preços fica inteiramente nas mãos do mercado, não apenas nacional, mas também internacional. Não raras vezes, dependemos de importação de grãos como arroz ou milho para baixar os preços internos. Grãos que não apenas produzimos no país, mas exportamos. Daí a incongruência desse modelo.

Em suma, o que vemos é um sistema agroalimentar que ao mesmo tempo que favorece o agronegócio[3] e a exportação de uma pequena parcela de produtos primários, desmonta as capacidades e estruturas estatais responsáveis pela garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada do país, em particular, da população pobre e periférica. Mas isso não ocorre sem resistência. A população se organiza no campo e na cidade. Produz alimento saudável por meio da agroecologia, organiza doação de alimentos, espalha cozinhas solidárias pelo país. A população defende seus territórios produtores de alimento e de um meio ambiente saudável para todos. E o faz muitas vezes com a própria vida.

O que precisamos diante disso tudo, é que essas experiências de resistência se tornem políticas públicas e recebam o apoio que merecem e que o país deixe de se inserir de forma subalterna na economia mundial, retomando o incentivo aos demais setores da economia e regendo seu planejamento político e econômico pelos princípios da soberania (alimentar, territorial e energética) e de Justiça Social.

## Referências Bibliográficas

CONAB. Portal dos Preços Mínimos. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/precos-minimos>. Acesso em: jan,fev/2021

CAMPOS, A. L.; GOLDFARB, Y.. Desafios para o abastecimento e soberania alimentar no Brasil. ABRA; FES, 2021. Disponível em <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18104-20210928.pdf>

PORTO, I.S. Acesso a mercados, desafios e oportunidades. In Revista Agriculturas. V5 No. 2 2008. Disponível em [http://aspta.org.br/files/2011/05/Agriculturas\\_v5n2.pdf](http://aspta.org.br/files/2011/05/Agriculturas_v5n2.pdf)

GOLDFAR, Y. MITIDIERO Jr. A. M. O Agro não é pop, não é tech e muito menos tudo. ABRA; FES, 2021. Disponível em <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18319-20211027.pdf>

[1] “Apartheid e racismo nas cidades da soja”, por João Peres e Tatiana Merlino.

[2] Embora não entremos em detalhes neste artigo, vale destacar que a balança comercial é apenas um indicador da economia do país. O que de fato importa é a análise conjunta de balança de pagamentos, isto é, a conta de todo o dinheiro que entra e sai do país. Levando isso em consideração, temos que o Brasil apresenta enorme déficit na sua conta corrente. Para mais sobre o assunto, ver Goldfarb e Mitidero Jr, 2021.

[3] Não é muito dizer que este artigo não se propôs a falar sobre a degradação ambiental e os conflitos fundiários gerados por esse sistema, o que não são, em absoluto, desprezíveis.

# MEMÓRIAS



Foto: Divulgação/Projeto quintais produtivos)

Nessa seção, abrimos espaço para conhecer um pouco do passado de favelas e periferias pelo país afora. Por meio de relatos de moradores, da reconstrução de suas histórias orais, bem como de suas trajetórias, contamos a história social e urbana de diferentes localidades.

## A EXPERIÊNCIA DOS QUINTAIS PRODUTIVOS NO MORRO DO SOSSEGO

**Luciene Silva**, é integrante da Rede de Mães e Familiares de Vítimas de Violência da Baixada Fluminense (RJ) e do Radar Saúde Favela – Fiocruz.

O Morro do Sossego está localizado no bairro Pantanal, no município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, que, atualmente, abriga quase um milhão de habitantes em seus 465 km<sup>2</sup>. Seus limites estendem-se aos municípios de Miguel Pereira, Petrópolis, Magé, Rio de Janeiro, São João de Meriti e Nova Iguaçu. O município é dividido em quatro distritos: Duque de Caxias, Campos Elíseos, Imbariê e Xerém.

Foi ali, no Morro do Sossego, durante a pandemia, que surgiu uma nova opção de sobrevivência para os moradores locais. Seu nome é agroecologia. É apenas a junção das palavras agricultura e ecologia? Claro que não, apesar de que muitas pessoas, logo que visualizam a palavra, fazem a ligação de uma com a outra, sem ter o



“O desenvolvimento dos quintais produtivos no Morro do Sossego tem o intuito de promover o conhecimento sobre a importância da agroecologia no combate à insegurança alimentar”. (Foto: Divulgação/Projeto quintais produtivos)

conhecimento do que realmente significa a agroecologia. Mas, então, vamos descobrir o que é?

Em síntese, é uma forma de agricultura que incorpora questões sociais, políticas, culturais, energéticas, ambientais e éticas, oferecendo alimentos saudáveis para consumo, contribuindo, assim, para a qualidade de vida das pessoas, cultivando a terra com base em manejos naturais e se contrapondo ao uso de sementes geneticamente modificadas, fertilizantes e agrotóxicos. Tudo isso em oposição à chamada “Revolução Verde” (1960), que, tendo como promessa o aumento da produtividade e da venda a preços baixos, desconsiderou os prejuízos e impactos que essa lógica traria para a saúde da população.

Esse método é o de uma agricultura sustentável, no qual a maneira de plantar e cultivar se enquadra no conceito de agroecologia, deduzindo assim que a prática orgânica e o emprego de tecnologias limpas geram menos manifestações ambientais negativas para a sociedade como, por exemplo, o esgotamento do solo, as alterações do ecossistema, o aumento do número de casos de câncer, a poluição dos rios, o desemprego no campo e o inchaço populacional nas grandes cidades.

Geralmente, a prática da agricultura é pensada no contexto rural, no campo e para o campo, mas, hoje, quando vivenciamos o impacto que o período da pandemia da Covid-19 causou na área urbana, em que várias famílias ficaram desprovidas do seu meio de sustento, onde a fome se manifestou de maneira assustadora em vários territórios do Rio de Janeiro, a prática do plantio, cultivo e colheita ganhou uma outra conotação.

Em meio à pandemia houve um agravamento da crise social em todo o país, que trouxe desemprego, falências de empresas, trabalhadores sem poder exercer suas funções, populações abandonadas, as quais não tiveram nenhum amparo concreto e satisfatório do Poder Público. Enquanto não se disponibilizou o auxílio emergencial, que passou por



um longo processo burocrático até ser liberado, as famílias começaram a procurar os Centros de Referência da Assistência Social (Cras) de suas regiões para pedir socorro.



Foi ali, no Morro do Sossego, durante a pandemia, que surgiu uma nova opção de sobrevivência para os moradores locais. Seu nome é agroecologia. É apenas a junção das palavras agricultura e ecologia? (Foto: Divulgação/Projeto quintais produtivos)

Foi ali que um grupo, formado majoritariamente por mulheres (muitas delas mães solo, provedoras de suas famílias), alguns homens e até crianças resolveram unir forças para promover esperança, acolhimento, renovação e transformação através da agricultura com base na agroecologia, metodologia que elas conheceram durante as oficinas de um projeto que as ensinou o caminho de como poderiam, em espaços pequenos ou em espaços que estivessem disponíveis, construir pequenas hortas e quintais produtivos.

Ao se aproveitarem de quintais que estavam repletos de entulho e de mato, esse mutirão de mulheres e homens os transformaram em fonte de alimento saudável coletivo. Quem vive lá e convive, desde que nasceu, com todas as dificuldades que esse território traz, e que agora faz parte desse movimento de ressignificar a vida dentro do território, é que tem propriedade para falar sobre isso.

Marilza Barbosa Floriano é uma mulher preta, chefe de família. Foi empregada doméstica durante mais de 20 anos. É assistente social de formação e integrante da Rede de Mães e Familiares de Vítimas de Violência da Baixada Fluminense. Foi ela quem coordenou o projeto executado pela Rede “Enfrentamento ao Racismo na Base”, no Morro do Sossego, no qual surgiu a iniciativa dos quintais produtivos, levada adiante por Marilza e pelas moradoras mesmo depois do término do projeto. Como nos conta Marilza: “o desenvolvimento dos quintais produtivos no Morro do Sossego tem o intuito de promover o conhecimento sobre a importância da agroecologia no combate à insegurança alimentar. Esse trabalho está promovendo a interação entre os moradores que estão compartilhando saberes populares, doações, trocas de mudas e sementes. Alguns deles relatam que o contato com as plantas contribui para diminuir quadros de ansiedade e depressão. Vários moradores estão fazendo hortas em pequenos espaços das suas casas”.

Através dos ensinamentos passados nas oficinas, nas caminhadas pelo morro, foi se descobrindo que nesse território há muita riqueza

que não era conhecida. A partir do contato com as áreas verdes que já existiam no local, asicineiras foram mostrando para as pessoas alimentos que já estavam ali plantados, prontos para serem consumidos, por exemplo, as Plantas Comestíveis Não Convencionais (PANCs), que nascem naturalmente e que são plantas não convencionais alimentícias, como a bertalha, a beldroega e a ora-pro-nóbis, tudo sem agrotóxico. Além disso, aprenderam também sobre sustentabilidade e como contribuir para a preservação do meio ambiente em um território que não tem investimento em políticas públicas.

Trata-se de uma população unida, aberta ao aprendizado, e que de modo coletivo vai se fortalecendo, desenvolvendo outros quintais, além de uma horta agroecológica sustentável. Toda essa produção é para o consumo da comunidade; os quintais produtivos beneficiam as famílias que ali residem, dividindo com vizinhos suas produções. Hoje, já se colhe cenoura, tomate, batata doce, quiabo, alface, couve etc. Os produtos são divididos de maneira solidária, aqueles que precisam pegam e pronto. As sementes são trazidas de volta para o plantio e também se trocam mudas. Com o conhecimento sobre as plantas comestíveis que já existiam ali e a descoberta de opções para cultivar e colher alimentos saudáveis, que estivessem ao alcance de todos, nasceu essa nova maneira de driblar as dificuldades impostas pela crise que se estabeleceu na pandemia, que refletiu com maior gravidade nas regiões de comunidades e periferias.

É nessa típica paisagem da periferia do Rio de Janeiro, na periferia da periferia da periferia, frente ao tempo tenebroso em que vivemos, que essa iniciativa fértil e saborosa está em curso. Uma atividade concreta para atender demandas concretas.

## ENSAIOS



Foto: Cozinha Solidária do MTST no bairro da Lapa, São Paulo. (Divulgação)

Nesse espaço, privilegiamos as escritas de todos aqueles e aquelas que, direta ou indiretamente, vivem as periferias. Artigos, crônicas, contos, em suma, diferentes gêneros literários, além de ensaios fotográficos, são alguns dos materiais aqui presentes.

# COZINHAS POPULARES APONTAM CAMINHOS PARA A SOBERANIA ALIMENTAR

## Campanha Periferia Viva



Cozinha Solidária do MTST no bairro da Lapa, São Paulo. (Divulgação)

Precarização da vida e do trabalho, aprovação da PEC do Teto de Gastos e reformas trabalhista e da previdência. Foi nesse contexto que a pandemia de Covid-19 chegou ao Brasil, escancarando as diversas faces das crises política, social e econômica que o país enfrenta desde o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, em 2016.

De fato, não há possibilidade de existir um momento propício para a chegada de uma pandemia, mas ela veio justamente em um dos períodos históricos mais difíceis para o povo brasileiro, que sente os impactos diretos do avanço global do neofascismo nos últimos anos, além de um projeto político neoliberal e de subalternidade do país ao imperialismo. Projeto representado em terras brasileiras por boa parte do agronegócio.

Quando o ainda “novo coronavírus” chegou nas casas das pessoas, não tardou muito para que a fome se fizesse presente na vida de quem já pelejava por dignidade nas filas do desemprego ou na precariedade do trabalho informal. Era março de 2020 e o povo ainda não sabia ou não tinha condições viáveis de lidar com a prevenção ao vírus, mas a necessidade de ter que trabalhar para colocar comida na mesa fazia com que o #FiqueEmCasa se tornasse um privilégio de poucos. Logo ali, de mãos dadas com essa realidade, outro desafio estava posto. Desta vez, para os movimentos e organizações sociais. Sendo o estar com o povo uma premissa para as lutas sociais e o aglomerar-se uma das formas mais genuínas de organização popular e reivindicação de direitos, como seguir construindo a luta no contexto de isolamento social?

A necessidade de uma política de solidariedade se anunciava e, ao mesmo tempo, se apresentava como uma possibilidade de estreitamento de laços com as pessoas. Começou com a distribuição de “marmitas solidárias” para a população em situação de rua e comunidades em situação de vulnerabilidade social, com a criação da campanha nacional Periferia Viva, composta por movimentos como o MST, o MTD, o Levante Popular da Juventude, a Marcha Mundial das Mulheres e o setor sindical, como a CUT, assim como outros setores da igreja e diversas organizações sociais e universidades em vários estados do Brasil.

À medida que os primeiros meses da pandemia se passaram, se confirmava a constatação de que a classe trabalhadora e, principalmente, de baixa renda, não tinha condições de seguir as orientações de cuidado com a saúde. Isso quando conseguia ter acesso à informação e aos materiais de proteção, como máscaras de uso individual e álcool em gel, o que não era recorrente. Foi no diálogo com o povo, por meio da entrega de marmitas solidárias e, posteriormente, de cestas básicas da Reforma Agrária, que surgiu a primeira experiência de formação de agentes populares de saúde na cidade do Recife, em Pernambuco.

O curso trazia informação e orientação sobre os cuidados individuais e coletivos para uma atuação comunitária em relação à prevenção da contaminação pela Covid-19, e capacitava as pessoas das comunidades acompanhadas pela campanha, que no estado pernambucano tem a identidade de Mãos Solidárias, a promover o cuidado mútuo com perspectivas da saúde popular. Plantava a semente da defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) e da reivindicação de melhorias para esse sistema.

Dentre essas experiências, surgiram outras, como a das Máscaras Solidárias, que visava a geração de renda para mulheres costureiras na produção de máscaras destinadas à periferia; os Agentes Populares de Direitos e de Educação, que auxiliavam a população no acesso às políticas públicas emergenciais surgidas no período pandêmico; assim como a classe estudantil, a encontrar mecanismos para dar continuidade à educação na pandemia; além de tantas outras iniciativas, como a criação de Bibliotecas Populares Comunitárias.

Neste processo e no mesmo passo, sempre com uma perspectiva de solidariedade ativa e não caritativa, de inspiração no olhar de Paulo Freire, que já fazia parte dos princípios desses movimentos populares da cidade e do campo, a entrega de refeições e cestas foi trilhando um caminho que culminou na criação de Bancos Populares de Alimentos, Roçados Solidários e Cozinhas Populares.

Em meio ao atraso na liberação das vacinas contra a Covid-19, da burocracia do auxílio emergencial e das diversas piadas em relação aos cuidados com a saúde e às mortes da pandemia, além da falta de orçamento para a agricultura familiar, o povo resistiu, se organizou e criou mecanismos para lidar com o desemprego, a fome e a pobreza que hoje podem e devem subsidiar a criação de políticas públicas para a reconstrução do país como uma nação de todas e todos, um país soberano.

A solidariedade ativa e popular tem como ponto de partida a autonomia do povo de decidir sobre as suas vidas e lutar pelos seus direitos, tem início na relação dialógica entre os atores sociais a fim de tornar as realidades e condições de vida mais condizentes com as necessidades pós-pandêmicas de brasileiras e brasileiros que sustentam esse país. Traça o caminho da entrega da refeição que coloca na mesa também os questionamentos sobre a proveniência dos alimentos que chegam nas cidades, como está a situação dessas e desses trabalhadores que produzem os alimentos e quais são as saídas para tirar o Brasil do mapa da fome da Organização das Nações Unidas (ONU).

Nesse sentido, foi necessário olhar para a metodologia dos agentes populares como uma ferramenta permanente de organização popular e, diante do cenário de fome e pobreza, nada mais acertado do que centralizar esforços na luta por soberania alimentar, fortalecendo os bancos, roçados e cozinhas, mas também iniciando processos de formação de agentes populares de alimentação, que estão acontecendo em alguns estados onde há atuação da Periferia Viva.

No contexto de ano eleitoral como o de 2022, as formações também se somaram às iniciativas dos Comitês Populares de Luta e à campanha Eu Voto Contra a Fome e a Sede, da Frente Nacional Contra a Fome e a Sede, levando a pauta do combate à fome para os diálogos sobre o voto consciente e as prioridades dos projetos de país que estão em disputa.

## **No enfrentamento da fome e na construção de um Brasil do esperar**

Fruto da solidariedade ativa e das lutas sociais durante a pandemia, as Cozinhas Populares da Campanha Periferia Viva se tornaram também, para além da produção de refeições coletivas, espaços de defesa dos direitos do povo, mostrando que a população é capaz de trazer soluções para os problemas que impactam as suas vidas. Uma possibili-



dade dos movimentos e organizações sociais construir uma relação de diálogo e confiança por meio de suas pautas e de uma situação concreta que é o combate à fome.

As Cozinhas Populares estão localizadas em comunidades de diversos estados brasileiros. Produzem refeições gratuitas, feitas pelas e para as comunidades onde estão sendo organizadas. E já se observa o apoio na redução da sobrecarga de trabalho doméstico das mulheres desses locais, já que alimentar a família – cuidado muito atribuído às mulheres por causa da divisão sexual do trabalho – se torna uma função compartilhada comunitariamente.

Se anuncia também para passos futuros, diante da troca de saberes e inquietações das comunidades, a possibilidade de transformar essas iniciativas em pontos populares de trabalho, viabilizando a geração de renda para as famílias envolvidas. Percebe-se que as experiências das cozinhas perpassam muitas outras áreas para além da alimentação, o que as colocam ainda mais à disposição para a construção de um olhar mais popular para a criação de políticas.

### **Pilares que estruturam a atuação das Cozinhas Populares:**

Autonomia e organicidade da produção: a comunidade produz as refeições para si e também busca formas de garantir os insumos para a produção por meio de outras iniciativas, como Bancos Populares de Alimentos e Hortas Populares Comunitárias, por exemplo, colocando em prática a concepção da autonomia do povo diante da tarefa de transformação da realidade;

Política de solidariedade: objetiva garantir e fortalecer o acesso às refeições e à atuação da cozinha como um todo ao máximo de pessoas possíveis com gratuidade.

Feminismo popular e antirracismo: assim como as mulheres foram maioria na linha de frente do combate à Covid-19 e também as princi-

país impactadas em vários setores da vida, é perceptível a sua participação mais expressiva no trabalho solidário. São elas, muitas vezes, as responsáveis por colocar comida em casa e prepará-la para chegar à mesa das suas famílias. Por essas e outras responsabilidades atribuídas social e estruturalmente a elas, são também as mulheres que melhor conhecem a realidade de suas comunidades. Muitas delas, concentradas nas periferias das cidades e também na agricultura familiar, são negras. É preciso atentar aos atravessamentos de gênero e raça no contexto de fome e seu combate.

Incidência: por meio do debate eleitoral e sobre o projeto de país que o povo deseja, as sujeitas e os sujeitos políticos participantes podem se fortalecer no lugar de proposição de soluções para reivindicar ao Estado. É necessário sistematizar experiências, abrir portas de diálogo e projetar coletivamente a luta por soberania alimentar.

## O QUE TA PEGANDO

**o agro é** fome

**o agro é** trabalho  
escravo

**o agro é** monocultura

Foto: Mariane Martins

Através da compilação de notícias, de relatos de moradores, do acompanhamento e interlocução com os serviços de Estratégia de Saúde da Família e da rede de ensino público, além de textos de especialistas e pesquisadores, este espaço dá visibilidade aos acontecimentos do momento nas favelas e periferias.

## A HISTÓRIA QUE O AGRO NÃO CONTA: VIOLÊNCIA, FOME E DEVASTAÇÃO

**Mariane Martins**, é integrante do Radar Saúde Favela – Fiocruz.

Não faltam dados sobre a implicação e o impacto do agronegócio nos conflitos por terra no Brasil, em crimes ambientais, na violência armada praticada contra os povos originários, em denúncias de trabalho escravo e na fome. Há uma vasta documentação produzida sobre as violações de direitos que ocorrem cotidianamente no campo brasileiro. Diante de tudo isso, por que a impunidade segue sendo a tônica dos conflitos por terra no Brasil?

A estrutura fundiária e a concentração de terras têm heranças coloniais que continuam a produzir conflitos que se caracterizam por práticas de grilagem (a falsificação de documentos de propriedade para apropriação irregular), desmatamento e queimadas, que acarretam em perda da biodiversidade brasileira, além de ocasionarem também uma disputa violenta e desigual pela posse e controle das terras, que tem por maiores vítimas indígenas, quilombolas, posseiros e trabalhadores rurais sem-terra.

Se engana quem acredita na concepção dicotômica entre campo e cidade ou imagina que os desafios do campo são muito diferentes dos desafios da cidade. A volta da fome no país e a pandemia da Covid-19 demonstraram como o que é produzido no campo impacta a vida nos centros urbanos. Em ambos, o racismo dá o tom e os grupos mais atingidos são de indígenas e negros.

A produção do agro é voltada especialmente para a exportação de três produtos: a soja, o milho e a cana. Esses cultivos servirão de alimento para o gado ou para a produção de combustíveis. Há uma redução na área destinada ao cultivo de arroz, feijão e mandioca, principais

alimentos da população brasileira. De acordo com o IBGE, entre 1988 e 2018, houve uma queda de 24,7% para 7,7% da área cultivada destinada à alimentação, o que demonstra que o agronegócio não toma a agricultura como fonte de alimentos para a população, mas como negócio, acúmulo e concentração de riqueza. O modelo do agronegócio nos impacta na fome e, ainda, como evidenciado em um dos textos publicados nessa seção especial, na produção de novas doenças.

Essa lógica antropocêntrica e capitalista, que promove o uso da terra como fonte inesgotável de recursos, é incapaz de conviver com a diferença e com o sentido da terra que não visa ao lucro. Devemos aos povos originários, aos povos que resistem no campo e são vítimas do descaso, do racismo, da violência e da impunidade, a preservação da biodiversidade brasileira.

O compilado de relatórios abaixo relacionados visa expor as fraturas do agronegócio em curso no campo, demonstrando como a exploração, o uso e o direito à terra seguem sendo um dos problemas fundamentais a serem enfrentados no Brasil. Foram utilizados nesse levantamento cinco estudos que exploram a questão do agronegócio e da fome, tema desse especial. Alguns dados, extraídos dos relatórios e apresentados abaixo, denunciam a falácia que está por trás do jargão “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”. Violência, fome, trabalho escravo, reprimarização da economia, pouca relevância no PIB, monoculturas, devastação ambiental e a utilização da política para privilegiar os interesses do grande capital latifundiário, são alguns elementos da face nada oculta do agronegócio.

Os estudos demonstram como um mesmo território ou grupo social vulnerabilizados enfrentam uma sobreposição de forças opressoras que atuam, simultaneamente, visando à expansão das fronteiras agrícolas, avançando sobre terras públicas, áreas protegidas e territórios tradicionais. O aumento da violência no campo tem relação com o desmonte dos órgãos ambientais e com a execução de políticas no-

civas aos interesses de comunidades indígenas, quilombolas, assentados, posseiros, pequenos agricultores e trabalhadores rurais sem-terra. Nesse contexto, a reforma agrária segue sendo uma das mais urgentes políticas públicas que o Estado brasileiro deve executar para alterar a estrutura fundiária do campo, para a produção de alimentos para a população e para a redução das desigualdades sociais.

# o agro é violência

**EM 2021, AS 1.242 VIOLÊNCIAS POR TERRA NO BRASIL ENVOLVERAM 164.782 FAMÍLIAS.**

**Os 304 conflitos pela água atingiram 56.135 famílias.**

**Os assassinatos somaram 35, um aumento de 75% em relação a 2020. Mais de dois terços do total de vítimas têm origem em populações tradicionais.**

**Principais vítimas: indígenas, sem-terra, posseiros, quilombolas, quebradeira de coco babaçu, assentados.**

**Conflitos por terra por macrorregião: região Norte, com 39,9% das ocorrências de violência por terra, seguida das regiões Nordeste (29,6%), Sudeste (13,8%), Centro-Oeste (12,9%) e, enfim, da região Sul (3,7%).**

Caderno de Conflitos  
no Campo Brasil  
2021  
Comissão Pastoral  
da Terra (CPT)



Compilado de alguns relatórios que demonstram o impacto do agronegócio nos conflitos presentes no campo brasileiro

**RADAR** )))  
SAÚDE • FAVELA

# o agro é fome

**Insegurança alimentar(IA)** é a condição de não ter acesso regular e permanente a alimentos. **A privação no consumo de alimentos e fome** representa a forma mais grave da insegurança alimentar.

**SÃO 125,2 MILHÕES DE PESSOAS EM INSEGURANÇA ALIMENTAR E MAIS 33 MILHÕES EM SITUAÇÃO DE FOME.**

As duas regiões que concentram o segmento de **menor renda** do país, o **Norte e o Nordeste** é também o com **maior percentual de famílias em situação de fome no Brasil.**

Entre os **domicílios rurais**, o segmento da **agricultura familiar** sofreu o impacto da crise econômica, mas foi especialmente afetado pelo **desmonte das políticas públicas** voltadas para o **pequeno produtor do campo.**

As formas mais severas de IA (IA moderada ou grave) estavam presentes em cerca de **38,0% dos domicílios de agricultores(as) familiares/produtores(as) rurais.** A prevalência de **IA grave** era de **21,8%**, mostrando que **a fome atingia os moradores de mais de 1/5 dessas habitações.**

Compilado de alguns relatórios que demonstram o impacto do agronegócio nos conflitos presentes no campo brasileiro

\* Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil 2022 Rede PENSSAN\*



**RADAR** )))  
SAÚDE • FAVELA

# o agro é trabalho escravo

Segundo o Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho, **entre julho de 1995 e julho de 2020, foram resgatados pelo extinto Ministério do Trabalho e Emprego cerca de 55 mil trabalhadores em condições análogas à de escravo, sendo os estados do Pará (13.173), Minas Gerais (6.622) e Mato Grosso (6.172) recordistas em submeter trabalhadores a esse modelo criminoso de exploração.**

**OS SETORES QUE CONCENTRAM A MAIOR PARTE DESSES ESCRAVIZADOS SÃO AQUELES QUE COMPÕEM AS CADEIAS PRODUTIVAS DE COMMODITIES AGRÍCOLAS.**

Entre 2003 e 2018, conforme dados do Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas, **a criação de bovinos para corte, o cultivo de arroz e a produção da cana-de-açúcar foram as atividades em que mais predominaram a escravidão contemporânea, com 32%, 20% e 11% dos trabalhadores resgatados, respectivamente.**

O Agro não é tech,  
o Agro não é pop  
e muito menos tudo  
**2021**  
ABRA/FES Brasil\*



Compilado de alguns relatórios que demonstram o impacto do agronegócio nos conflitos presentes no campo brasileiro

\* Associação Brasileira de Reforma Agrária, a Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil, Marco Antonio Milderio Junior e Yamila Goldfarb

**RADAR** )))  
SAÚDE • FAVELA



# o agro é reprimarização da economia pouco relevante no PIB

Embora o agronegócio seja o setor da economia que mais exporte, ele leva o Brasil ao que estamos chamando de **reprimarização da economia**. Uma **economia pautada em produzir matérias-primas e importar produtos industrializados**. E embora seja um dado mundial, o **Brasil** aparece como um dos **cinco países** que sofre o **maior processo de desindustrialização**. Isso aponta a uma interpretação, que é a inserção subalterna do Brasil no mercado mundial.

**SEGUNDO O IBGE, O SETOR AGROPECUÁRIO CONTRIBUI, EM MÉDIA, COM APENAS 5,4% DO PIB, ENQUANTO O SETOR INDUSTRIAL COM 25,5% E O SETOR DE SERVIÇOS 52,4%.**

O Agro não é tech,  
o Agro não é pop  
e muito menos tudo  
**2021**  
ABRA\*



Compilado de alguns relatórios que demonstram o impacto do agronegócio nos conflitos presentes no campo brasileiro

\* Associação Brasileira de Reforma Agrária, a Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil, Marco Antonio Milderio Junior e Yamila Goldfarb

**RADAR** )))  
SAÚDE • FAVELA

# o agro é monocultura

As **paisagens monoculturais** dominantes regionalmente poderiam ser pensadas como verdadeiros **"desertos alimentares"**. Em que pese as contínuas ameaças e falta de apoio, a resiliência dos **sistemas tradicionais e da agricultura familiar e camponesa é o que ainda garante o que nos resta de variedade e qualidade alimentar**, além da agrobiodiversidade e o abastecimento de mercados locais ou regionais.

**A PRODUÇÃO ESTÁ CONCENTRADA EM DUAS COMMODITIES, SOJA E MILHO, REPRESENTANDO 88% DA ÚLTIMA SAFRA DE GRÃOS.**

Já os alimentos que estão presentes no dia a dia das famílias brasileiras – como **arroz, trigo e feijão** (que representam apenas **8% da produção nacional de grãos**), juntamente com mandioca, batata, cebola e tomate – tiveram sua **área plantada reduzida** na última década, especialmente para dar lugar a **monocultivos de soja**.

O Agro é fogo.  
Dossiê, fase 1  
2021\*  
AGRO é FOGO



Compilado de alguns relatórios que demonstram o impacto do agronegócio nos conflitos presentes no campo brasileiro

\*Agro é fogo: a erosão da agrobiodiversidade e das culturas alimentares, por Sílvia Iscoppo Porto e Diana Aguiar

**RADAR** )))  
SAÚDE • FAVELA

# o agro é devastação ambiental

**O uso do fogo na cadeia da grilagem-agronegócio ocorre em grandes extensões de terra e está, direta ou indiretamente, associado ao **desmatamento** que acompanha a **expansão da fronteira agrícola**.**

Nesses casos, o fogo é utilizado para consolidar a grilagem, tanto no sentido de **encobrir a invasão de terras públicas** e o **crime ambiental (desmatamento ilegal)**, quanto para **finalizar o processo do desmatamento**, dando aparência imediata de terra em uso agrícola e preparando a área para servir como pastagem ou, em algumas regiões, campo de monocultivos.

Entre 1985 e 2019, período que coincide com a emergência e consolidação da economia do agronegócio, **90% DO DESMATAMENTO NO BRASIL OCORREU PARA A ABERTURA DE ÁREA DE PASTAGENS E MONOCULTIVOS.**

Compilado de alguns relatórios que demonstram o impacto do agronegócio nos conflitos presentes no campo brasileiro

\*A boiada está passando: desmatar para grilar. por Diana Aguiar e Maurício Torres

O Agro é fogo.  
Dossiê, fase 1  
2021  
AGRO é FOGO



**RADAR** )))  
SAÚDE • FAVELA

# o agro é política

## PL 2633/2020 GRILAGEM

Ficou conhecida como "PL da Grilagem" porque promove uma mudança radical no marco legal da ocupação das terras públicas federais.

### MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS:

- (i) a extensão do marco temporal para a regularização fundiária;
- (ii) a ampliação do procedimento simplificado de regularização por autodeclaração;
- (iii) o favorecimento de médios e grandes produtores rurais em detrimento de agricultores familiares, povos indígenas e comunidades tradicionais.

Estima-se que esse tipo de mudança nas regras ameaçaria pelo menos 19,6 milhões de hectares de áreas federais não destinadas na Amazônia, os quais podem ser ocupados e desmatados na expectativa de regularização fundiária.

## 2- PL 3729/2004 LICENCIAMENTO AMBIENTAL

A proposta dispõe que "não precisarão de licença ambiental obras de saneamento básico, de manutenção em estradas e portos, de distribuição de energia elétrica com baixa tensão, obras que sejam consideradas de porte insignificante pela autoridade licenciadora ou que não estejam listadas entre aquelas para as quais será exigido licenciamento".

### PONTO PROBLEMÁTICOS:

- Dispensa de licenciamento para agricultura, pecuária e mais 13 atividades com impactos ambientais, incluindo sistemas e estações de tratamento de água e esgoto;
- O texto permite que estados e municípios complementem as definições da lei e dispensem atividades do licenciamento ambiental gerando insegurança jurídica;
- A licença autodeclaratória torna-se a regra via Licenciamento por Adesão ou Compromisso, emitido automaticamente sem verificação de órgãos ambientais;
- Comunidades diretamente impactadas terão pouca ou nenhuma participação nos processos, já que estes serão realizados de forma automática.

## 3- PL 490/2007 DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS

Para procuradores do Ministério Público Federal, o PL 490 é uma das principais ameaças aos direitos indígenas em curso hoje no país, já que pretende incorporar a tese do Marco Temporal às demarcações de terras indígenas. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), ao formalizar contrariedade ao PL 490, ressaltou que ainda não há uma "tese do Marco Temporal" firmada pelo Supremo Tribunal Federal, que a questão é objeto do Recurso Extraordinário e que o respectivo Relator, Ministro Edson Fachin, votou pela inconstitucionalidade da tese. O julgamento do Marco Temporal encontra-se adiado indefinidamente.

### ATAQUE AOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS

Mais de 160 organizações da sociedade civil enviaram carta aberta ao presidente da Câmara, Arthur Lira, afirmando que "o texto aprovado é um ataque aos direitos constitucionais dos povos indígenas e abre brechas para a exploração predatória de suas terras, causando danos irreversíveis a estes povos e ao Meio Ambiente".

## 4- PL 191/2020 MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS

Segundo parecer emitido pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), o PL 191/2020 "descumpra as normas e compromissos internacionais de direitos humanos pactuados pelo Brasil e acarretaria graves impactos aos direitos humanos, ao desenvolvimento, à não-discriminação, à saúde, à vida, à identidade cultural, à terra e ao território, a viver em um meio ambiente saudável, limpo e sustentável, assim como ao direito ao consentimento livre, prévio e informado antes da adoção de medidas legislativas que possam afetar os povos indígenas".

### ATAQUE AOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) emitiu Nota Técnica afirmando estar nitida a inconstitucionalidade do PL n°191/2020 sob o ponto de vista formal e material, bem como a sua inconveniência por violar o direito de consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas e, ainda, a sua contrariedade à hermenêutica jurídica constitucional do art. 231 da CF/1988.

## Guia Amazônia Legal e o Futuro do Brasil 2022 Sinal de Fumaça



Compilado de alguns relatórios que demonstram o impacto do agronegócio nos conflitos presentes no campo brasileiro

**RADAR** )))  
SAÚDE • FAVELA

# EXPEDIENTE

## Elaboração

### Cooperação Social da Fiocruz

André Lima

Fábio Araújo

José Leonídio Madureira

Mariane Martins

### Ensp | Fiocruz

Roberta Gondim

### EPSJV | Fiocruz

Carlos Eduardo Batistella

## Colaboradores nesta Edição

Cosme Henrique Gomes Miranda

Luciene Silva

Mariane Martins

Yamila Goldfarb

## Movimentos sociais, coletivos e instituições

Campanha Periferia Viva

Coletivo Terra/Assentamento Terra Prometida

## Projeto Gráfico

Mariane Martins

## Diagramação

Paulo Roberto de Oliveira Ribeiro

## Equipe Radar Saúde Favela

Emerson Baré

Fábio Araújo

Fábio Mallart

Larissa França

Luciene Silva

Mariane Martins

Marina Ribeiro

Raimundo Carrapa

Paulo Ribeiro de Oliveira Ribeiro



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz